



Estado de Pernambuco

## PREFEITURA DE TACAIMBÓ

Palácio Municipal Dr. Joaquim Antônio Albuquerque da Silveira



### PARECER JURÍDICO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 000019/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2025

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, ART. 28, INCISO I, DA LEI 14.133/2021. PARECER FINAL.

#### 1. RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da **Secretária de Assistência Social de Tacaimbó/PE**, acerca da regularidade jurídica dos atos praticados no **Processo nº 00019/2025 – Pregão Eletrônico nº 00003/2025**, cujo objeto é Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios para atender as necessidades da cozinha comunitária do município de Tacaimbó-PE.

Considerando que o Edital, a minuta contratual e os anexos foram analisados por esta Procuradoria na fase inicial do certame, as orientações constantes neste Parecer serão relacionadas à fase final, ou seja, a partir da publicação do instrumento convocatório e os atos subsequentes até o momento da homologação.

É o relatório. Passo a opinar.

#### 2. DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, cumpre destacar que o Parecer exposto a seguir é dotado de caráter eminentemente opinativo, tendo por finalidade apresentar os aspectos jurídicos acerca das providências legais essenciais ao processo licitatório, desvinculando-se das técnicas relacionadas à demanda, observando o princípio da segregação de funções que rege a Administração Pública. Ressalta-se, por fim, que a verificação da conveniência, da oportunidade e o cumprimento das diretrizes ora traçadas, cabe ao Pregoeiro e ao ordenador de despesas.

##### 2.1. Do rito procedimental

A Lei nº 14.133/2021 elencou, no art. 17, as fases do processo licitatório na modalidade pregão:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

### Prefeitura de Tacaimbó

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257



Estado de Pernambuco

## PREFEITURA DE TACAIMBÓ

Palácio Municipal Dr. Joaquim Antônio Albuquerque da Silveira



- IV - de julgamento;
- V - de habilitação;
- VI - recursal;
- VII - de homologação.

Adiante, serão apresentadas as etapas previstas nos incisos II a VII que devem ser verificadas pelo Pregoeiro para a devida instrução processual.

### 2.2. Da divulgação do Edital

Consoante o art. 54 da Lei nº 14.133, o inteiro teor do instrumento convocatório e os anexos devem ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Outrossim, os §§ 1º e 2º do referido artigo, dispõem que é obrigatória a publicação do extrato do Edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, sendo facultada a publicidade adicional no site do ente federal do órgão ou entidade responsável pela licitação.

A legislação também estabelece os prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances, variando conforme o objeto e o critério de julgamento, de acordo com o art. 55 do referido diploma.

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

I - para aquisição de bens:

- a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;
- b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea "a" deste inciso;

II - no caso de serviços e obras:

- a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;
- b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;
- c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;

### Prefeitura de Tacaimbó

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257





Estado de Pernambuco

## PREFEITURA DE TACAIMBÓ

Palácio Municipal Dr. Joaquim Antônio Albuquerque da Silveira



d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas "a", "b" e "c" deste inciso;

III - para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 15 (quinze) dias úteis;

IV - para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 35 (trinta e cinco) dias úteis (grifos do subscritor).

Assim, considerando o objeto examinado – aquisição parcelada, conforme demanda, constata-se que o interstício mínimo de 8 (oito) dias úteis, visto que o critério adotado foi o de menor preço, foi respeitado.

### 2.3. Das impugnações e pedidos de esclarecimento ao Edital

De acordo com o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é legítima para impugnar o certame ou para solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do processo de licitação.

Na resposta às impugnações ou pedidos de esclarecimento, devem ser observadas as disposições do Edital, bem como o Parágrafo único do artigo supracitado:

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será **divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (grifos do subscritor).

Ademais, com fundamento no art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, se houver modificações no Edital em decorrência das respostas apresentadas, o referido instrumento deverá ser submetido à Assessoria Jurídica para uma nova apreciação, e republicado se alterações repercutirem na formulação das propostas.

**Não houve alteração no Edital, razão pela qual foi mantida a data e o horário previsto inicialmente para a abertura da sessão pública.**

### 2.4. Da apresentação de propostas e lances

Após a publicação do instrumento convocatório, os interessados encaminharão, através do sistema, as propostas contendo os preços até a data e horário designado para a realização da licitação.

Aberta a sessão pública, os licitantes competirão, conforme o critério de julgamento – menor preço – e modo de disputa – aberto/fechado – estipulado no Edital.

### Prefeitura de Tacaimbó

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257



Estado de Pernambuco

## PREFEITURA DE TACAIMBÓ

Palácio Municipal Dr. Joaquim Antônio Albuquerque da Silveira



A fase de lances transcorreu como previsto na Lei nº 14.133/2021, conforme

Ata Final.

### 2.5. Do julgamento: desclassificação das propostas, critérios de desempate e negociação

De acordo com o texto legal do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

Na análise das propostas para cada item, não houve desclassificação, todavia, em fase de recurso, foi feita a desclassificação de várias empresas.

Outrossim, com fundamento no princípio da competitividade, da razoabilidade e do formalismo moderado, poderá ser outorgado ao licitante a abertura de prazo para a correção de erros sanáveis. Nas palavras do Advogado da União, Ronny Charles<sup>1</sup>:

O **objetivo de selecionar a melhor proposta** exige que o gestor realize **diligências para complementar a instrução** ou faça o **saneamento de falhas não substanciais**. Seguindo essa linha de raciocínio, o TCU já entendeu como irregular a inabilitação ou a desclassificação de empresa licitante por não ter indicado seus dados bancários, uma vez que esta informação pode ser obtida mediante simples diligência (Acórdão 5883/2016). Desprestigiando o formalismo exagerado prejudicial à busca da proposta mais vantajosa, o TCU, em Acórdão relatado pela Exma. Ministra Ana Arraes, definiu que **"é irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por**

<sup>1</sup> TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Lei de Licitações Públicas Comentadas**, 15 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

**Prefeitura de Tacaimbó**

**Endereço:** R. Sebastião Clemente, nº83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

**Telefone:** (81) 3755-1257





Palácio Municipal Dr. Joaquim Antônio Albuquerque da Silveira



Telephone: (81) 3755-1257



Estado de Pernambuco

## PREFEITURA DE TACAIMBÓ

Palácio Municipal Dr. Joaquim Antônio Albuquerque da Silveira



§ 1º A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

§ 2º A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

Destarte, **todas as propostas apresentadas pelos licitantes foram juntadas ao processo licitatório, como também a Ata da Sessão Pública**, na qual constar os motivos de desclassificação, a aplicação de desempate – se houver – e o resultado de julgamento, atentando-se as disposições dos arts. 59, 60 e 61 da Lei nº – 14.133/2021.

### 2.6. Da habilitação

As condições de participação dos licitantes são escolhidas na fase preparatória e definidas no instrumento convocatório, seguindo as disposições constantes no Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, é na fase de habilitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, considerando os parâmetros estipulados no art. 62 do referido diploma, quais sejam: a) **jurídico**; b) **técnico**; c) **fiscal, social e trabalhista**; e d) **econômico-financeiro**.

É prudente mencionar que, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

- I - **complementação de informações acerca dos documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II - **atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.**

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a **comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos,

### Prefeitura de Tacaimbó

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257





Estado de Pernambuco

## **PREFEITURA DE TACAIMBÓ**

Palácio Municipal Dr. Joaquim Antônio Albuquerque da Silveira



atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (grifos do subscritor).

Por conseguinte, foi verificado se os **documentos de habilitação e as declarações obrigatórias apresentadas pelos participantes no certame atenderam aos critérios estabelecidos na lei e no Edital, bem como foram realizadas diligências, consoante Ata Final.**

### **2.7. Dos recursos**

Os recursos administrativos são um instrumento de objeção contra as decisões proferidas por uma autoridade da Administração. Nesse sentido, exaure-se do art. 165 da Lei nº 14.133/2021 que dos atos administrativos cabem:

**I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:**

[...]

**b) julgamento das propostas;**

**c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;**

[...]

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

**I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;**

**II - a apreciação dar-se-á em fase única.**

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua

**Prefeitura de Tacaimbó**

**Endereço:** R. Sebastião Clemente, nº83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

**Telefone:** (81) 3755-1257



Estado de Pernambuco

## PREFEITURA DE TACAIMBÓ

Palácio Municipal Dr. Joaquim Antônio Albuquerque da Silveira



decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (grifos do subscritor).

É importante elucidar que o prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição de recurso, com fulcro no § 4º do artigo ora referenciado.

### 2.8. Do encerramento da licitação: adjudicação e homologação

Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, **o processo licitatório foi encaminhado à autoridade superior, qual seja, a Prefeita de Tacaimbó**, para proceder com a adjudicação do objeto e homologação da licitação, com fulcro no art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Concluída a adjudicação e a homologação, **o Pregoeiro deverá disponibilizar os autos do processo na internet** – site oficial do órgão ou entidade –, em atendimento ao princípio da publicidade e da Lei de Acesso à Informação.

### 3. DA CONCLUSÃO

Ante o que foi amplamente exposto, sob o pálio dos arts. 17 e 28, inciso I, da Lei 14.133/2021, norma que rege a matéria em apreço, entende esta Procuradoria que **a Administração observou todos os requisitos elencados neste Parecer**, a fim de evitar prejuízos para o Município de Tacaimbó. Seja o presente remetido para o Pregoeiro, Prefeito ou Controladoria, para análise e decisão final.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Tacaimbó/PE, sexta-feira, 27 de junho de 2025.

**MATEUS DE BARROS CORREIA**

PROCURADOR MUNICIPAL OAB/PE 44.176

### Prefeitura de Tacaimbó

Endereço: R. Sebastião Clemente, nº83 - Centro, Tacaimbó - PE, 55140-000.

Telefone: (81) 3755-1257